



Empresa de Transmissão do Espírito Santo S.A.



Empresa de Transmissão do Espírito Santo S.A.

CNPJ nº 08.600.252/0001-63

Relatório da Administração

Senhores Acionistas: Em cumprimento às disposições legais e estatutárias, submetemos à apreciação de V.Sas. as Demonstrações Contábeis relativas aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e 2013. Colocamo-nos à sua disposição para os esclarecimentos que se fizerem necessários.

A Administração

Balancos Patrimoniais

Em 31 de Dezembro de 2014, 2013 e 1º de Janeiro de 2013

(Em milhares de reais)

Nota	31/12/2014	31/12/2013	01/01/2013
Ativo			
Circulante	15.937	16.329	13.815
Caixa e equivalentes de caixa	5	1.952	1.977
Investimento de curto prazo	5	–	1.258
Concessionárias e permissonárias	6	429	1.470
Impostos a recuperar	8	77	111
Estoques	9	2	70
Ativo financeiro da concessão	9	13.188	12.476
Outros ativos	9	289	295
Não Circulante	77.896	75.257	76.234
Concessionárias e permissonárias	6	943	–
Títulos e valores mobiliários	7	2.216	2.034
Ativo financeiro da concessão	9	74.559	73.191
Depósitos judiciais	9	49	–
Imobilização	12	129	32
Ativo Total	93.833	91.586	90.049

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações contábeis

Nota	31/12/2014	31/12/2013	01/01/2013
Passivo			
Circulante	8.312	6.416	6.380
Empréstimos e financiamentos líquidos dos custos a amortizar	12	3.910	3.914
Fornecedores	12	6	15
Salários, férias e encargos sociais	107	89	121
Tributos e contribuições sociais a recolher	10	149	175
Dividendos a pagar	14	3.213	1.635
Taxas regulamentares	510	463	448
Outras obrigações	417	125	408
Não Circulante	26.477	30.240	34.027
Empréstimos e financiamentos líquidos dos custos a amortizar	12	23.741	27.572
Imposto de renda e contribuições sociais diferidos	11	2.702	2.634
Provisão para contingências	13	34	34
Patrimônio Líquido	59.044	54.930	49.642
Capital social	14	29.064	29.064
Reservas de lucros	14	29.980	25.866
Passivo e Patrimônio Líquido	93.833	91.586	90.049

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações contábeis

Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido

Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2014 e 2013

(Em milhares de reais)

Descrição	Nota	Capital social	Reserva legal	Reserva de lucros		Lucros e prejuízos acumulados (representado)	Total
				Dividendos adicionais propostos	Reserva de lucros retidos (representado)		
Saldos em 31 de dezembro de 2012		29.064	1.156	–	–	19.422	49.642
Lucro líquido do exercício	–	–	–	–	–	6.923	6.923
Destinação do lucro líquido:							
Reserva legal	14	–	344	–	–	–	(344)
Reservas de lucros	14	–	–	–	2.527	–	(2.527)
Dividendos mínimos obrigatórios	14	–	–	–	(1.635)	–	(1.635)
Dividendos adicionais propostos	14	–	–	2.411	–	–	(2.411)
Saldos em 31 de dezembro de 2013		29.064	1.500	2.411	21.949	8.327	54.930
Lucro líquido do exercício	–	–	–	–	–	–	8.327
Dividendos adicionais não auídos	–	–	–	(182)	182	–	–
Destinação do lucro líquido:							
Reserva legal	14	–	416	–	–	–	(416)
Reservas de lucros	14	–	–	–	4.040	–	(4.040)
Dividendos mínimos obrigatórios	14	–	–	–	(1.978)	–	(1.978)
Distribuição dos dividendos adicionais propostos 2013	14	–	–	(2.235)	–	–	(2.235)
Dividendos adicionais propostos	14	–	–	–	1.893	–	(1.893)
Saldos em 31 de dezembro de 2014		29.064	1.916	1.893	26.171	–	59.044

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações contábeis

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis

31 de Dezembro de 2014

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de forma diferente)

1. INFORMAÇÕES GERAIS

A Empresa de Transmissão do Espírito Santo S.A. ("Companhia" ou "ETES") foi constituída em 19 de dezembro de 2006 com o propósito específico de exploração de linhas de transmissão de energia elétrica, com sede na Rua Gomes de Carvalho, nº 1996, 15º andar, Conjunto 151, Sala G, Vila Olímpia, Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, CEP: 04547-006, tendo como objeto social planejar, implantar, construir, operar e manter instalações de transmissão de energia elétrica e serviços correlatos. A Companhia é diretamente controlada pela Alupar Investimento S.A. ("Alupar").

Concessão de linha de transmissão: Pelo Contrato de Concessão de Transmissão de Energia Elétrica nº 006/2007-ANEEL, de 20 de abril de 2007, foi outorgada à Companhia pela União, por intermédio da ANEEL, a concessão de serviço de transmissão de energia elétrica, pelo prazo de 30 anos, que consiste no desenvolvimento de infraestrutura, operação e manutenção da linha de transmissão de 230 kV com extensão de 107 km, composta pela linha de transmissão Mascarenhas - Verona e subestação Verona (desenvolvimento de infraestrutura) e Mascarenhas (ampliação) em 230 kV localizadas no Estado do Espírito Santo. Pela resolução autorizativa 1.622 de 21 de outubro de 2008 a concessionária também ficou responsável pela instalação do pátio de 138 kV na subestação Verona e pela resolução autorizativa 1.890 de 22 de abril de 2009 pela instalação de 1 banco de transformadores monofásicos, 2 transformador de aterramento e conexões na subestação Verona, constituindo respectivamente a 1ª e 2ª Rede Básica de Novas Instalações (RBNi).

A prestação do serviço de transmissão se dá mediante o pagamento de Receita Anual Permitida - RAP desde a data da disponibilização das instalações para a operação comercial e será reajustado anualmente no mês de julho de cada ano, pelo IPCA, sendo que está previsto contratualmente revisões da RAP para o 5º, 10º e o 15º ano do período de concessão. De acordo com o Contrato de Concessão, a partir do 16º ano de operação comercial, a receita anual permitida - RAP será reduzida em 50% do valor vigente no 15º até o final do prazo de concessão. Em 12 de dezembro de 2008, entrou em operação comercial a cidade linha de transmissão e a respectiva subestação, em 3 de maio de 2009 a 1ª RBNi e em 6 de julho de 2010 a 2ª RBNi. A Receita Anual Permitida - RAP, conforme Resolução Homologatória nº 1.756 de 24 de junho de 2014 é de R\$ 12.066 para o ciclo de 2014/2015, excluído das despesas com PIS/COFINS (R\$ 11.856 para o ciclo de 2013/2014). O Contrato de Concessão estabelece que a extinção da concessão determinará a reversão ao poder concedente dos bens vinculados ao serviço, procedendo-se aos levantamentos e avaliações, bem como à determinação do montante da indenização devida à transmissora, observados os valores e as datas de sua incorporação ao sistema elétrico. Assim sendo, a Administração da Companhia entende que ao final do prazo de concessão os valores residuais dos bens vinculados ao serviço serão indenizados pelo poder concedente. A metodologia aplicada à valorização desses ativos encontra-se explicitada em nota explicativa específica. A Companhia opera exclusivamente no segmento de transmissão de energia elétrica.

2. BASE DE PREPARAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

A Administração da Companhia autorizou a conclusão da elaboração das Demonstrações Contábeis em 23 de fevereiro de 2015. **2.1 Declaração de conformidade:** As demonstrações contábeis da Companhia para o exercício findo em 31 de dezembro de 2014, foram elaboradas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil. As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem os Pronunciamentos, Interpretações e Orientações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), que foram aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC). A Companhia adotou os pronunciamentos, interpretações e orientações emitidos pelo CPC e por outros órgãos reguladores, que estavam em vigor em 31 de dezembro de 2014.

2.2 Base de mensuração: As demonstrações contábeis foram preparadas utilizando o custo histórico como base de valor, exceto pela valorização de certos ativos e passivos como instrumentos financeiros, os quais são mensurados pelo valor justo. **2.3 Moeda funcional e de apresentação:** As demonstrações contábeis foram preparadas e estão apresentadas em milhares de reais (R\$), que é a moeda funcional da Companhia. A moeda funcional foi determinada em função do ambiente econômico primário de suas operações. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma. **2.4 Uso de estimativas e julgamentos:** A preparação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua. Revisões com relação às estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados. Não há informações sobre julgamentos críticos referente às políticas contábeis adotadas que apresentem efeitos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações contábeis.

3. SUMÁRIO DAS PRÁTICAS CONTÁBEIS

As políticas contábeis descritas em detalhes abaixo têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os períodos apresentados nessas demonstrações contábeis. **3.1 Retificação de erro:** Os valores correspondentes referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2013, originalmente apresentados nas demonstrações contábeis daquele exercício, estão sendo reapresentadas em conformidade com o CPC 23 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa (IAS 8) e Retificação de Erro e CPC 26(R1) - Apresentação das Demonstrações Contábeis (IAS 1), conforme demonstrado a seguir: Visando a melhoria da qualidade das informações apresentadas nas demonstrações contábeis e a melhor comparabilidade dos saldos, a Companhia efetuou os ajustes retroativos nos Balancos Patrimoniais de acordo com 31 de dezembro de 2013, para corrigir o cálculo do imposto de renda e contribuição social diferidos pela utilização de uma base de cálculo subavaliada. O sumário desses ajustes e reclassificações realizados é apresentado como segue: a) Balancos Patrimoniais em 31 de dezembro de 2013 e em 1º de janeiro de 2013:

	31/12/2013			01/01/2013		
	Originalmente emitido	Ajustes	Reapresentado	Originalmente emitido	Ajustes	Reapresentado
Ativo circulante	16.329	–	16.329	13.815	–	13.815
Não circulante	75.257	–	75.257	76.234	–	76.234
Ativo total	91.586	–	91.586	90.049	–	90.049

	31/12/2013			01/01/2013		
	Originalmente emitido	Ajustes	Reapresentado	Originalmente emitido	Ajustes	Reapresentado
Passivo circulante	6.416	–	6.416	6.380	–	6.380
Não circulante	28.250	1.990	30.240	31.998	2.029	34.027
Empréstimos e financiamentos líquidos dos custos a amortizar	27.572	–	27.572	31.403	–	31.403
Imposto de renda e contribuição social diferidos	644	1.990	2.634	586	2.029	2.615
Provisão para contingências	34	–	34	9	–	9
Patrimônio líquido	56.920	(1.990)	54.930	51.671	(2.029)	49.642
Capital social	29.064	–	29.064	29.064	–	29.064
Reservas de lucros	27.856	(1.990)	25.866	22.607	(2.029)	20.578
Passivo e patrimônio líquido	91.586	–	91.586	90.049	–	90.049

b) Demonstração do resultado em 31 de dezembro de 2013:

	31/12/2013		Reapresentado
	Originalmente emitido	Ajustes	
Receita operacional líquida	11.688	–	11.688
Custos operacionais	(1.389)	–	(1.389)
Lucro bruto	10.299	–	10.299
Despesas operacionais	(937)	–	(937)
Lucro antes do resultado financeiro	9.362	–	9.362
Despesas financeiras	(2.246)	–	(2.246)
Receitas financeiras	256	–	256
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	(1.990)	–	(1.990)
Imposto de renda e contribuição social correntes	(430)	–	(430)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	(58)	39	(19)
Lucro líquido do exercício	(488)	39	(449)
Lucro líquido por ação básico e diluído - R\$	6.884	39	6.923

Adicionalmente as notas nº 11 e 16 foram também ajustadas, refletindo de forma correta o cálculo do Imposto de Renda e Contribuição Social diferidos. **3.2 Ativos financeiros - reconhecimento inicial e mensuração subsequente:** Ativos financeiros são reconhecidos inicialmente ao valor justo, acrescidos, no caso de investimentos não designados a valor justo por meio do resultado, dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à aquisição do ativo financeiro. **3.2.1 Caixa e equivalentes de caixa:** Caixa e equivalentes de caixa incluem dinheiro em caixa, depósitos bancários e aplicações financeiras, e são classificados como ativos financeiros a valor justo por meio do resultado, sendo apresentados no balanço patrimonial a valor justo, com os correspondentes ganhos ou perdas reconhecidos na demonstração do resultado. **3.2.2 Títulos e valores mobiliários:** Os títulos e valores mobiliários são classificados como disponível para venda, em função de não terem sido constituídos com o objetivo de serem negociados no curto prazo, não terem a característica de derivativos, com pagamentos fixos ou determináveis, e também pelo fato de administração da Companhia não ter a intenção de mantê-los até o vencimento. **3.2.3 Contas a receber** - concessionárias e permissonárias: A Companhia classifica os saldos de concessionárias e permissonárias como instrumentos financeiros "recebíveis". Recebíveis são representados por instrumentos financeiros não derivativos com recebimentos fixos, e que não estão cotados em um mercado ativo. Os recebíveis são reconhecidos inicialmente pelo seu valor justo e são ajustados posteriormente pelas amortizações do principal, por ajuste para redução ao seu provável valor de recuperação ou por créditos de liquidação duvidosa. **3.2.4 Provisão para créditos de liquidação duvidosa:** A provisão para créditos de liquidação duvidosa, quando aplicável, está constituída com base na estimativa das prováveis perdas que possam ocorrer na cobrança dos créditos. O critério utilizado pela administração da Companhia é o de se efetuar análise individual sobre as contas julgadas de difícil recebimento. Em 31 de dezembro de 2014 a administração avaliou não ser necessária a constituição de provisão para créditos de liquidação duvidosa. **3.2.5 Ativo financeiro de concessão:** De acordo com a ICPIC 01 (R1), as infraestruturas enquadradas nas concessões não são reconhecidas pelo operador como ativos fixos tangíveis ou como uma locação financeira, uma vez que se considera que o operador não controla os ativos, passando a serem reconhecidas de acordo com o tipo de compromisso de remuneração do operador assumido pelo concedente no âmbito do contrato. O modelo do ativo financeiro é aplicável quando o operador tem o direito incondicional de receber determinadas quantias monetárias independentemente do nível de utilização das infraestruturas abrangidas pela concessão e resulta no registro de um ativo financeiro, o qual é registrado a valor justo. **3.2.6 Baixa de Ativo financeiro de concessão:** A Companhia e suas controladas baixam seus ativos financeiros quando expiram os direitos contratuais sobre o fluxo de caixa desse ativo financeiro, ou quando substancialmente todos os riscos e benefícios desse ativo financeiro são transferidos à outra entidade. Caso a Companhia e suas controladas mantenham substancialmente todos os riscos e benefícios de um ativo financeiro transferido, esse ativo financeiro é mantido nas demonstrações contábeis e um passivo é reconhecido por eventuais montantes recebidos na transação. **3.2.7 Provisão para redução ao provável valor de recuperação de ativos financeiros:** Ativos financeiros são avaliados a cada data

de balanço para identificação de eventual indicação de redução no seu valor de recuperação dos ativos (impairment). Os ativos são considerados irrecuperáveis quando existem evidências de que um ou mais eventos tenham ocorrido após o seu reconhecimento inicial e que tenham impactado o seu fluxo estimado de caixa futuro. **3.2.8 Instrumentos financeiros derivativos:** Não houve operações com instrumentos financeiros derivativos durante o exercício de 2014 e 2013, incluindo operações de hedge. **3.3 Provisões e passivos circulantes e não circulantes:** Uma provisão é reconhecida no balanço patrimonial quando a Companhia possui uma obrigação presente (legal ou construtiva) como resultado de um evento passado, e é provável que um recurso econômico seja requerido para saldar a obrigação. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido. Os passivos circulantes e não circulantes são demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis acrescidos, quando aplicável dos correspondentes encargos, variações monetárias incorridas até a data do balanço patrimonial. **3.4 Estoques:** Os materiais e equipamentos em estoque são classificados no ativo circulante (almoxarifados de manutenção) e reconhecidos no balanço patrimonial quando a Companhia possui uma obrigação presente (legal ou construtiva) como resultado de um evento passado, e é provável que um recurso econômico seja requerido para saldar a obrigação. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido. Os passivos circulantes e não circulantes são demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis acrescidos, quando aplicável dos correspondentes encargos, variações monetárias incorridas até a data do balanço patrimonial. **3.5 Passivos financeiros - reconhecimento inicial e mensuração subsequente:** Os passivos financeiros da Companhia são reconhecidos inicialmente pelo seu valor justo por meio do resultado e, no caso de empréstimos e financiamentos, são acrescidos do custo da transação diretamente relacionado. A Companhia não apresenta nenhum passivo financeiro a valor justo por meio do resultado. Fornecedores, empréstimos e financiamentos são classificados como empréstimos e recebíveis. **3.6 Instrumentos financeiros - apresentação líquida:** Ativos e passivos financeiros são apresentados líquido no balanço patrimonial se, e somente se, houver um direito legal corrente e executável de compensar os montantes reconhecidos e se houver a intenção de compensação, ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. **3.7 Tributação:** 3.7.1 Imposto sobre a receita: As receitas de transmissão estão sujeitas ao Programa de Integração Social (PIS), a 0,65% e Contribuição para Financiamento da Seguridade Social (COFINS), a 3,00%. Esses tributos são deduzidos das receitas de transmissão, as quais estão apresentadas na demonstração de resultado pelo seu valor líquido. **3.7.2 Imposto de renda e contribuição social - correntes:** A Companhia está sob o regime de apuração pelo lucro presumido. **3.7.3 Imposto de renda e contribuição social - diferidos:** Impostos diferidos passivos são reconhecidos para todas as diferenças tributárias temporárias e são mensurados à taxa de imposto que é esperada de ser aplicável no ano em que o ativo será realizado ou o passivo liquidado, com base nas taxas de imposto (e lit tributária) que foram promulgadas na data do balanço. **3.8 Taxas regulamentares:** 3.8.1 Reserva Global de Reversão: Encargo do setor elétrico pago mensalmente pelas empresas concessionárias de energia elétrica, com finalidade de prover recursos para a reversão, expansão e melhoria dos serviços públicos de energia elétrica. Seu valor anual equivale a 2,5% da Receita Anual Permitida - RAP. **3.8.2 Programas de pesquisa e desenvolvimento (P&D), fundo nacional de desenvolvimento científico e tecnológico (FNDCT) e empresa de pesquisa energética (EPE):** São programas de reinvestimento exigidos pela ANEEL para as empresas de energia elétrica, que estão obrigadas a destinar 1% de sua receita operacional líquida para esses programas. A Companhia possui registrado no passivo circulante a rubrica Provisão para pesquisa e desenvolvimento, na qual está registrado o valor destinado da receita, conforme período previsto para a realização dos investimentos. **3.8.3 Taxa de Fiscalização do Serviço Público de Energia Elétrica (TFSEE):** Os valores da taxa de fiscalização incidentes sobre a transmissão de energia elétrica é equivalente a 0,4% da RAP. **3.9 Ajuste a valor presente de ativos e passivos:** Os ativos e passivos monetários de longo prazo e os de curto prazo, quando o efeito é considerado relevante em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto, são ajustados pelo seu valor presente. Nas datas das demonstrações contábeis a Companhia não possui ajustes a valor presente de montantes significativos. **3.10 Dividendos:** Os dividendos propostos a serem pagos é fundamentado em obrigações estatutárias são registrados no passivo circulante. O estatuto social da Companhia estabelece que, conforme previsto em lei, no mínimo 25% do lucro anual seja distribuído a título de dividendos. Adicionalmente compete ao Conselho de Administração deliberar sobre o pagamento de dividendos intermediários e/ou juros sobre capital próprio. **3.11 Reconhecimento da receita de transmissão de energia elétrica:** A receita de transmissão inclui somente os ingressos brutos de benefícios econômicos recebidos e a receita pela Companhia realizada via Receita Anual Permitida (RAP) estabelecida no início da concessão pelo prazo total da concessão sendo revista e homologada periodicamente pelo poder concedente. A Companhia identificou as seguintes atividades operacionais que são remuneradas pela RAP: **3.11.1 Receita de desenvolvimento de infraestrutura:** A Companhia é abrangida pelo escopo do ICPIC 01 (IFRIC 12), registra o desenvolvimento de infraestrutura ou melhoria da infraestrutura da concessão de acordo com o CPC 17 (IAS 11) e CPC 30 (IAS 18).

Demonstrações de Resultados

Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2014 e 2013

(Em milhares de reais, exceto lucro líquido por ação)

Nota	31/12/2014	31/12/2013
Receita operacional líquida	14	13.090
Custos operacionais	(1.316)	(1.309)
Custos de infraestrutura	(3)	(77)
Depreciação	(3)	(3)
Lucro bruto	(1.322)	(1.389)
Despesas operacionais	11.768	10.299
Administrativas e gerais	(569)	(440)
Pessoal	(537)	(366)
Honorários da diretoria e conselho de administração	18	(190)
Lucro antes do resultado financeiro	(1.296)	(937)
Despesas financeiras	16	10.472
Receitas financeiras	16	(2.020)
Lucro líquido do exercício	16	430
Lucro líquido por ação básico e diluído - R\$	6.882	6.923
Quantidade de ações do capital - lotes de mil	17	29.064
Imposto de renda e contribuição social correntes	17	(487)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	17	(68)
Lucro líquido do exercício	(555)	(449)
Lucro líquido por ação básico e diluído - R\$	8.327	6.923
Quantidade de ações do capital - lotes de mil	17	29.064

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações contábeis

Demonstrações dos Resultados Abrangentes

Exercícios Findos em

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis

31 de Dezembro de 2014

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de forma diferente)

A Medida Provisória 449/2008, de 3 de dezembro de 2008 convertida na Lei 11.941/09, instituiu o RTT - Regime Tributário de Transição, que tem como objetivo neutralizar os impactos dos novos métodos e critérios contábeis introduzidos pela Lei 11.638/07, na apuração das bases de cálculos de tributos federais. Foram excluídos na apuração das bases de cálculos dos tributos federais da companhia, conforme determinado no RTT, os ajustes contábeis decorrentes da aplicação dos CPC's. Em 13 de maio de 2014, foi publicada a Lei 12.973, conversão da MP 627/2013 que: (i) altera a legislação tributária federal relativa ao Imposto sobre a Renda das Pessoas Jurídicas - IRPJ, à Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL, à Contribuição para o PIS/Pasep e à Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - Cofins, (ii) extingue o Regime Tributário de Transição - RTT, e (iii) dispõe sobre a tributação da pessoa jurídica domiciliada no Brasil, com relação ao acréscimo patrimonial decorrente de participação em lucros auferidos no exterior por controladas e coligadas. A Companhia optou por não adotar antecipadamente os efeitos da Lei 12.973, o exercício dessa faculdade será formalizado através da entrega da DCTF informando os fatos geradores referentes a dezembro de 2014. A partir de 1º de janeiro de 2015 essas disposições passarão a ser obrigatórias. Baseada no princípio da neutralidade, a Companhia não prevê nenhuma alteração em suas estimativas em decorrência da adoção da Lei.

18. PARTES RELACIONADAS

Em 31 de dezembro de 2014 e 2013, não haviam saldos em aberto com partes relacionadas. **Remuneração da alta administração:** Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e 2013, a remuneração da alta administração foi no total de R\$ 190 e R\$ 131, respectivamente, compostos por pró-labore, encargos, benefícios e gratificação.

19. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

19.1 Considerações gerais: A Companhia mantém operações com instrumentos financeiros, cujos limites de exposição aos riscos de crédito são aprovados e revisados periodicamente pela Administração. Os valores contábeis dos instrumentos financeiros, ativos e passivos, quando comparados com os valores que poderiam ser obtidos na sua negociação em um mercado ativo ou, na ausência deste, com valor presente líquido ajustado com base na taxa vigente de juros no mercado, aproximam-se substancialmente de seus correspondentes valores de mercado. **19.2 Valor justo e classificação dos instrumentos financeiros:** As metodologias utilizadas pela Companhia para a divulgação do valor justo foram as seguintes: Caixa e equivalentes de caixa, concessionárias e permissionárias, títulos e valores mobiliários, ativo financeiro da concessão e fornecedores se aproximam do seu respectivo valor contábil. Empréstimos financiamentos e encargos de dívidas (líquidos dos custos a

amortizar): (i) BNDES: em decorrência desse contrato ser de longo prazo, portanto, não contemplado sob o escopo do CPC 12, que preceitua que passivos dessa natureza não estão sujeitos à aplicação do conceito de valor presente por taxas diversas daquelas a que esses empréstimos e financiamentos já estão sujeitos, pelo fato do Brasil não ter um mercado consolidado para esse tipo de dívida de longo prazo, ficando a oferta de crédito restrita a apenas um ente governamental. Diante do exposto acima, a Companhia utilizou o mesmo conceito na definição do valor justo para esses empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas. **19.3 Hierarquia do valor justo:** Mensuração do valor justo: a Companhia classifica e divulga os instrumentos financeiros da seguinte forma: Nível I - preços cotados nos mercados ativos para ativos e passivos idênticos; Nível II - outras técnicas para as quais todos os dados que tenham efeito significativo sobre o valor justo registrado sejam observáveis, direta ou indiretamente, e Nível III - técnicas que usam dados que tenham efeito significativo no valor justo registrado que não sejam baseados em dados observáveis no mercado. Não houve reclassificação de categoria de instrumentos financeiros no exercício findo em 31 de dezembro de 2014, não houve transferência entre avaliações de valor justo nível I e nível II, e nem transferência entre avaliações de valor justo nível III e nível II. Em 31 de dezembro de 2014 e 2013 a Companhia classificou como nível I os saldos de caixa e equivalentes de caixa e os títulos e valores mobiliários e como nível II o ativo financeiro. **19.4 Riscos resultantes de instrumentos financeiros: 19.4.1 Risco de crédito:** a) Contas a receber de concessionárias e permissionárias: A Companhia

por força dos contratos mantidos junto ao Operador Nacional do Sistema Elétrico - ONS, concessionárias outros agentes, está sujeita a regulação da prestação de seus serviços vinculados a rede básica. **19.4.2 Risco de liquidez:** A Companhia adota como política de gerenciamento de risco: (i) manter um nível mínimo de caixa como forma de assegurar a disponibilidade de recursos financeiros e minimizar riscos de liquidez; **19.4.3 Operações com instrumentos financeiros derivativos:** Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2014 e 2013, a Companhia não possuía quaisquer operações com instrumentos financeiros derivativos. **19.4.4 Risco de taxas de juros:** A atualização dos contratos de financiamento está vinculada a variação do TJLP. **19.4.5 Risco de preço:** As receitas da Companhia são reajustadas anualmente conforme as cláusulas previstas no contrato de concessão, pelo IPCA, sendo sujeitas a revisão tarifária que ocorre a cada 5 anos, limitada a 3 revisões, as quais consistem unicamente no ajuste do custo da dívida, caso seja aplicável, onde o regulador toma por base o custo da TJLP. A administração da Companhia não considera relevante sua exposição aos riscos acima e, portanto, não apresenta o quadro demonstrativo da análise de sensibilidade.

20. BENEFÍCIOS A EMPREGADOS

A Companhia oferece aos seus empregados benefícios que englobam basicamente: seguro de vida, assistência médica, previdência privada, vale transporte e vales refeições.

O Conselho de Administração

Diretoria

Contadora: Lucilene Silva - CRC SP - 289421/O-1

Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Contábeis

Aos Acionistas e Diretores da **Empresa de Transmissão do Espírito Santo S.A. - ETES**, São Paulo - SP. Examinamos as demonstrações contábeis da Empresa de Transmissão do Espírito Santo S.A. - ETES ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2014 e as respectivas demonstrações do resultado e do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas. **Responsabilidade da administração sobre as demonstrações contábeis:** A Administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, assim como pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. **Responsabilidade dos auditores independentes:** Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações contábeis com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria.

Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis estão livres de distorção relevante. Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações contábeis. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis da Companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Companhia. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações contábeis tomadas em conjunto. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para

fundamentar nossa opinião. **Opinião:** Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Empresa de Transmissão do Espírito Santo S.A. - ETES em 31 de dezembro de 2014, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Outros assuntos: Demonstrações contábeis de exercícios anteriores examinadas por outro auditor independente:** O exame das demonstrações contábeis referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2013, preparadas originalmente antes dos ajustes decorrentes da retificação de erro para correção do cálculo do imposto de renda e contribuição social diferidos descritos na nota 3.1, foi conduzido sob a responsabilidade de outros auditores independentes, que emitiram relatório de auditoria sem modificação, com data de 25 de fevereiro de 2014. Como parte de nossos exames das demonstrações contábeis do exercício findo em 31 de dezembro de 2014, examinamos também os ajustes descritos na Nota Explicativa 3.1 que foram efetuados para alterar as informações correspondentes de 31 de dezembro de 2013 e os saldos iniciais de

1º de janeiro de 2013 do balanço patrimonial (que foram derivados das demonstrações contábeis de 31 de dezembro de 2012). Em nossa opinião, tais ajustes são apropriados e foram corretamente efetuados. Não fomos contratados para auditar, revisar ou aplicar quaisquer outros procedimentos sobre as demonstrações contábeis da Companhia referentes ao exercício de 2013 ou sobre os saldos iniciais de 1º de janeiro de 2013 e, portanto, não expressamos opinião ou qualquer forma de assecuração sobre eles tomados em conjunto. Nossa opinião não contém modificação relacionada a esse assunto.

São Paulo, 23 de fevereiro de 2015



KPMG Auditores Independentes
CRC 25P014428/O-6

José Luiz Ribeiro de Carvalho
Contador CRC 15P141128/O-2